



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**IOHANA MARCELLY RODRIGUES CASTRO**

**PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS DE CRECHE SOBRE OS CONCEITOS DE  
JUSTIÇA E INJUSTIÇA**

**MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)**

**2019**

IOHANA MARCELLY RODRIGUES CASTRO

PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS DE CRECHE SOBRE OS CONCEITOS DE JUSTIÇA  
E INJUSTIÇA

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção do título de licenciado em Pedagogia, sob orientação da Doutora Ana Corina Spada.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C355p Castro, Iohana Marcelly Rodrigues.  
Percepções de professoras de creche sobre os conceitos de justiça e injustiça. /  
Iohana Marcelly Rodrigues Castro. – Miracema, TO, 2019.  
45 f.  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2019.  
Orientadora: Ana Corina Machado Spada  
1. Psicologia social. 2. Injustiça. 3. Escola. 4. Formação docente. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.  
**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

IOHANA MARCELLY RODRIGUES CASTRO

Percepções de professoras de creche sobre os conceitos de justiça e injustiça

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Miracema, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

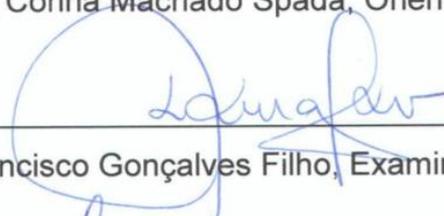
Data de Aprovação 14/08/2019.

Banca Examinadora:



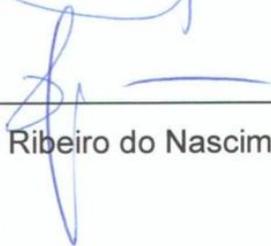
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Corina Machado Spada, Orientadora, UFT



---

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Examinador, UFT



---

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento, Examinador, UFT

Dedico esta pesquisa aos que me apoiaram,  
direta ou indiretamente, ao longo de toda a  
minha trajetória acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar as disciplinas que integram a grade curricular do curso de Pedagogia, e, também, ao terminar a monografia de conclusão de curso, fui tomada por um grande sentimento, a gratidão.

A finalização dessa etapa tão importante em minha vida foi possível devido às contribuições de muitas pessoas, ora positivas, ora negativas. A todas elas, agradeço imensamente, por tudo, sem vocês não seria quem sou hoje, e registro aqui, meus sentimentos de ternura àqueles e àquelas que, de alguma forma, estiveram mais próximos a mim, acolhendo-me.

Meus familiares e amigos, gratidão pelo apoio, pela base emocional, pelo incentivo;

Câmpus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, local que me acolheu e possibilitou minhas aprendizagens e meu crescimento;

Docentes do Curso de Pedagogia, dos quais recebi ensinamentos valiosos, não somente no campo teórico, mas também, de vida;

Doutora Ana Corina Spada, minha orientadora, que contribuiu para a construção desse trabalho;

Funcionários do Câmpus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, agentes que também contribuem, por trás das cortinas, para a realização dessa tão sonhada etapa;

Colegas de curso, pela socialização intra e extra classe.

Gratidão!

## RESUMO

Para a construção da pesquisa de conclusão de curso de Pedagogia, optei por centrar meu foco de análise e reflexão no ambiente escolar, observando e apreendendo a relação entre escola, docentes e injustiças. A seleção da temática foi favorecida não somente pelas minhas experiências como acadêmica do curso de Pedagogia – considerando especialmente as inserções nas instituições escolares por meio do estágio curricular supervisionado – mas também, pela minha trajetória acadêmica (e concomitante) no curso de Psicologia. Decidi então, conhecer as concepções de professores da Educação Infantil a respeito dos conceitos de justiça e de injustiça. Para melhor compreender as relações que se desenvolvem no ambiente escolar, delimito o foco de análise na figura do professor, por ser esse profissional, constante alvo de críticas, mas também de credibilidade, havendo em torno de sua figura, um misto de valorização e de desvalorização por parte da sociedade. Optei então, por verificar se o profissional docente identifica a escola como um espaço de injustiças. Para tanto, recorro à Psicologia do Desenvolvimento Moral, tomando como referencial os estudos de Jean Piaget. Visando construir a pesquisa, foi formulado o seguinte problema: qual a percepção que os professores têm da escola? Qual a compreensão dos docentes acerca dos conceitos de justiça e injustiça? Para orientar o estudo, foi formulado o seguinte objetivo geral: conhecer os conceitos de justiça e de injustiça. Também foram construídos os seguintes objetivos específicos: compreender a visão construída em torno do ambiente escolar como espaço de formação humana; identificar, por meio de pesquisa de campo, se os professores veem a escola como um espaço de injustiças; apontar elementos para a reflexão acerca da escola como espaço formativo, inclusive para os professores. Para o desenvolvimento da pesquisa, os seguintes passos foram elaborados e desenvolvidos: 1) organização da trajetória da pesquisa a partir das observações do estágio supervisionado, considerando a importância da prática reflexiva e da escola como espaço de formação para o professor; 2) leitura e compreensão dos conceitos piagetianos sobre justiça e injustiça e também sobre o desenvolvimento sócio-moral; 3) aplicação de um instrumento de coleta de dados em uma creche municipal, tendo como sujeito respondente, o professor. A análise das respostas baseou-se nas abordagens da Psicologia do Desenvolvimento Moral de Jean Piaget. Como resultado, o estudo apontou que as docentes percebem a escola como um espaço justo, apesar das práticas nocivas adotadas pela gestão municipal, de vincular o preenchimento de cargos a indicações políticas, além das cobranças e pressões. Entretanto, as pesquisadas apresentaram um conceito de justiça baseado na heteronomia, denotando dificuldade de refletir sobre as

regras, de expandir seu olhar problematizador das relações profissionais, que extrapolam os limites escolares.

**Palavras-chave:** Psicologia Social. Injustiça. Escola. Formação Docente.

## RESUMEN

Para la construcción de la investigación de conclusión del curso de Pedagogía, elegí enfocar mi análisis y reflexión en el ambiente escolar, observando y entendiendo la relación entre la escuela, los maestros y las injusticias. La selección del tema fue favorecida no solo por mis experiencias como académico en el curso de Pedagogía, especialmente considerando las inserciones en las instituciones escolares a través de la pasantía curricular supervisada, sino también por mi trayectoria académica (y concomitante) en el curso de Psicología. Entonces decidí conocer las concepciones de los maestros de jardín de infantes sobre los conceptos de justicia e injusticia. Para comprender mejor las relaciones que se desarrollan en el entorno escolar, definí el foco de análisis en la figura del maestro, ya que este profesional es constantemente blanco de críticas, pero también de credibilidad, ya que tiene alrededor de su figura una mezcla de aprecio y devaluación por parte de la sociedad. Luego decidí verificar si el profesional docente identifica a la escuela como un lugar de injusticia. Con este fin, me refiero a la Psicología del Desarrollo Moral, tomando como referencia los estudios de Jean Piaget. Para construir la investigación se formuló el siguiente problema: ¿cuál es la percepción que los maestros tienen de la escuela? ¿Qué entienden los maestros sobre los conceptos de justicia e injusticia? Para guiar el estudio, se formuló el siguiente objetivo general: conocer los conceptos de justicia e injusticia. También se construyeron los siguientes objetivos específicos: comprender la visión construida alrededor del entorno escolar como un espacio para la formación humana; identificar, a través de la investigación de campo, si los maestros identifican la escuela como un lugar de injusticia; Elementos puntuales para la reflexión sobre la escuela como espacio formativo, incluso para los docentes. Para el desarrollo de la investigación se elaboraron y desarrollaron los siguientes pasos: 1) organización de la trayectoria de la investigación a partir de las observaciones de la pasantía supervisada, considerando la importancia de la práctica reflexiva y la escuela como un espacio de formación para el maestro; 2) leer y comprender conceptos piagetianos sobre justicia e injusticia y también sobre desarrollo socio-moral; 3) aplicación de un instrumento de recopilación de datos en una guardería municipal, con el maestro como sujeto respondiente. El análisis de las respuestas se basó en los enfoques de psicología del desarrollo moral de Jean Piaget. Como resultado, el estudio señaló que, aunque las prácticas adoptadas por la administración municipal, que vinculan el llenado de puestos con las indicaciones políticas, las demandas y las presiones, los maestros perciben la escuela como un espacio justo. Sin embargo, el investigado presentó un concepto de justicia basado en la heteronomía, que

denota dificultad para reflexionar sobre las reglas, para ampliar el aspecto que problematiza las relaciones profesionales que van más allá de los límites escolares.

**Palabras clave:** Psicología social. Injusticia. Escuela. Formación del profesorado.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A ESCOLA COMO ESPAÇO FORMATIVO PARA O PROFISSIONAL DOCENTE .....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>ESTUDOS EM PSICOLOGIA DA MORALIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE JEAN PIAGET.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1</b>	<b>Delimitação do campo e coleta de dados.....</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>CONCEPÇÕES DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE JUSTIÇA E INJUSTIÇA.....</b>	<b>28</b>
<b>5.1</b>	<b>Percepções acerca de justiça e de injustiça da docente 1.....</b>	<b>28</b>
<b>5.2</b>	<b>Percepções acerca de justiça e de injustiça da docente 2.....</b>	<b>32</b>
<b>5.3</b>	<b>Percepções acerca de justiça e de injustiça da docente 3.....</b>	<b>35</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, de conclusão de curso de graduação, buscou conhecer melhor as concepções de justiça e de injustiça de professoras de uma creche pública do município de Miracema do Tocantins, TO, e, a partir disso, extrair elementos que favoreçam uma análise do nível de desenvolvimento sóciomoral das participantes do estudo.

O interesse pela temática se deve ao fato de que, ao longo da minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia, especialmente durante o desenvolvimento do estágio curricular supervisionado em educação infantil, pude observar o impacto da alta rotatividade de profissionais, tanto no desenvolvimento do trabalho pedagógico, quanto na relação estabelecida pelas docentes com sua profissão e com o ambiente de trabalho.

Tendo em vista que a educação infantil é de responsabilidade da esfera pública municipal, essa instância detém as tarefas relativas à oferta de vagas e manutenção das instituições. No município pesquisado verifica-se que há uma prática recorrente de contratação dos profissionais vinculados à prefeitura local, especialmente os docentes, com base em contrato, ou seja, não há realização de concurso público. Além dos prejuízos trabalhistas, há algo mais danoso: os cargos são usados como barganha política, ofertados em troca de apoio político.

Devido ao fato das pessoas se tornarem reféns das práticas acima descritas, identificamos, preliminarmente, por meio da experiência de estágio e depoimentos de colegas de curso, que esses acontecimentos abalavam muito os docentes, que trabalham sob pressão e com constante medo da perda do emprego. Com isso, minhas experiências como acadêmica do curso de Psicologia, graduação que estou cursando concomitantemente ao curso de Pedagogia, me levaram a refletir sobre como as docentes compreendem as relações profissionais – justas ou injustas? Também me interessei em conhecer o nível de desenvolvimento sóciomoral dessas pessoas, que sofrem abuso por parte do poder público há tanto tempo.

Para isso, formulei o seguinte problema de pesquisa: qual a percepção que os professores têm da escola? Qual a compreensão dos docentes acerca dos conceitos de justiça e injustiça?

Para orientar o estudo, foi formulado o seguinte objetivo geral: conhecer os conceitos de justiça e de injustiça. Também foram construídos os seguintes objetivos específicos: compreender a visão construída em torno do ambiente escolar como espaço de formação humana; identificar, por meio de pesquisa de campo, se os professores veem a escola como

um espaço de injustiças; apontar elementos para a reflexão acerca da escola como espaço formativo, inclusive para os professores.

Visando cumprir as metas traçadas, optei pela realização de entrevistas semiestruturadas com as profissionais de uma creche pública do município de Miracema do Tocantins.

Os conhecimentos produzidos foram organizados em quatro seções. Na primeira, intitulada “a escola como espaço formativo para o profissional docente”, apresento a contribuição de alguns pesquisadores ao defenderem a necessidade de que a escola seja um espaço reflexivo para docentes, e que, portanto, contribua com sua formação permanentemente.

A segunda seção, denominada “estudos em psicologia da moralidade: as contribuições de Jean Piaget”, apresento os contributos piagetianos sobre desenvolvimento sócio-moral, bem como a compreensão do autor sobre os conceitos de justiça e injustiça.

Na terceira seção, me dedico a apresentar a construção e delimitação do campo de pesquisa e coleta de dados. A quarta seção, apresenta os dados das entrevistas realizadas com as três professoras da creche, além da discussão das concepções de docentes da educação infantil sobre justiça e injustiça a luz dos referenciais teóricos. Por fim, minhas considerações finais.

## **2. A ESCOLA COMO ESPAÇO FORMATIVO PARA O PROFISSIONAL DOCENTE**

O percurso reflexivo deste trabalho parte do ambiente escolar como lócus de formação docente, compreendido como instância institucionalmente pensada para a difusão do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, preparação das gerações mais jovens para o convívio social (por meio de internalização de regras e comportamentos desejados pelo coletivo), e, também, para o mundo do trabalho.

Para além dos elementos acima mencionados, a escola pode ser compreendida como um espaço de formação para os docentes, afinal, é por meio do trabalho cotidianamente realizado, das interações entre pares, com a comunidade e com os discentes, que os profissionais da educação podem construir e reconstruir suas percepções sobre o ato educativo, aprimorar sua didática e prática pedagógica, além de desenvolver um pensamento social mais elaborado.

Nos momentos de construção do projeto de pesquisa, a perspectiva da escola como espaço de formação continuada para os docentes, foi delineada como uma importante contribuição para o objeto de estudo, sendo então, sobre isso que esse tópico inicial trata.

Nóvoa (2004) refere-se à necessidade de que o trabalho pedagógico realizado no interior das escolas seja organizado, de forma tal, que permita a construção da identidade institucional, amparando projetos coletivos e favorecendo o protagonismo dos profissionais docentes em seu próprio desenvolvimento profissional.

Ainda no que se refere à formação docente, Nóvoa (2012) defende a importância de avançarmos para “novas experiências de formação, no terreno da escola e da ação pedagógica” (NÓVOA, 2012, p. 103).

No cenário contemporâneo, apresentam-se discussões acerca da qualidade da educação ofertada nas instituições educacionais. Em função disso, vigora a prática de aplicação de avaliações do desempenho discente, tal como ocorre na Educação Básica, com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Mas, além de oferecer um parâmetro a respeito do grau de desempenho discente, tais avaliações têm sido usadas para medir o trabalho pedagógico desenvolvido por profissionais da educação.

Para Freitas et al. (2009), a prática da avaliação educacional “em larga escala” cria a ilusão de que pode-se avaliar a escola e os professores, quando, na verdade, essa prática deveria ocorrer na própria escola, sendo transformada em um processo de análise e de

reflexão coletiva, com o objetivo de reorientar as ações pedagógicas (tanto em termos de planejamento, quanto de realização e avaliação do ato educacional em si). Os autores elaboram uma argumentação contrária às práticas correntes de uso dos dados dessas avaliações educacionais, voltadas para o ranqueamento e, inclusive, aumento do salário de professores de escolas com bom desempenho.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação de Básica e eixo de interesse deste estudo, tem sido o foco, atualmente, das organizações não governamental ligadas às políticas do Banco Mundial, tal como aponta Spada (2016), sendo abordada sob dois aspectos: primeiro, como forma de minimização dos graves problemas da extrema pobreza (manifestados em índices de desenvolvimento nacional por meio de mortalidade e morbidez infantil), e, segundo, como meio de preparação das crianças para alcançarem maior sucesso escolar (promovendo a redução do analfabetismo funcional e do abandono escolar).

Na Educação Infantil, não há propriamente um instrumento de avaliação educacional, tendo em vista que não é tarefa dessa etapa da educação promover a alfabetização. Mas, as discussões sobre a qualidade do atendimento em creches e pré-escolas é objeto de debates do Ministério da Educação, sendo assim, evidenciadas nos documentos: Parâmetros de Qualidade e Infraestrutura da Educação Infantil (BRASIL, 2006) – que estabeleceu diretrizes e características dos prédios e da infraestrutura a serem proporcionados em creches e pré-escolas –, e, nos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (BRASIL, 2009), que propõem a autoavaliação das instituições de educação infantil por processo participativo dos docentes, pais e comunidade.

Atualmente, é muito sinalizado a importância da reflexão a respeito do trabalho educacional desenvolvido nos ambientes escolares, para que os profissionais possam repensar o processo educativo e redirecionar as práticas cotidianas. Mas, para além das questões pedagógicas diretamente envolvidas com o ensino, os profissionais da educação infantil têm enfrentado problemas relativos ao: excesso de crianças matriculadas por turma, insatisfatório investimento por parte do poder público municipal (tanto em infraestrutura, quanto em materiais didáticos), ataques e cobranças de pais e comunidade, fomentados pela crescente prática de desqualificação do profissional da educação.

A educação infantil tornou-se responsabilidade exclusiva dos municípios desde o reordenamento legal da educação, ratificados na década de 2000, no qual, por interferência do Banco Mundial, os vários segmentos de ensino foram desregulamentados e reorganizados em novas bases, com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as diferentes etapas da educação. (SPADA, 2016)

Os anos de vinculação da educação infantil à gestão municipal, têm demonstrado, que essa esfera, não tem conhecimento técnico e nem condições para gerir das demandas e necessidades do segmento. Isso, se reflete em ambientes educacionais com infraestrutura inadequada, precarização do trabalho docente com contratação de profissionais sem a formação adequada, falta de materiais pedagógicos, bem como, insuficiência de materiais de higiene e alimentação.

A verificação dos aspectos anteriormente citados, ocorreu em Miracema do Tocantins, local onde essa pesquisa foi realizada, durante o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil. Na ocasião, pude observar a dificuldade das profissionais em atender às demandas das crianças, uma vez que, os ambientes são inadequados, quentes (não possuem climatização, e, em certas salas, não havia sequer um ventilador), práticas de contratação de auxiliares de sala sem a formação adequada (que ocupam um lugar que deveria ser preenchido por uma pedagoga), além da precariedade de materiais estruturais e pedagógicos.

Ademais, o município de Miracema do Tocantins possui uma peculiaridade que exerce grande impacto sobre o trabalho educacional: a prática de contratação de profissionais sem concurso público, vinculada aos interesses de grupos políticos. Dessa forma, quando um determinado político é eleito como prefeito do município, é prática recorrente, que ele e também os vereadores eleitos, ofereçam postos de trabalho na prefeitura, principalmente nas escolas, para moradores que os tenham apoiado por meio do voto e da atuação em campanha eleitoral.

Nisso, foi verificado que há um sério impacto no trabalho desenvolvido nas escolas municipais, uma vez que, os profissionais trabalham em clima de constante insegurança, o trabalho educacional iniciado não tem sequência, em virtude da alta rotatividade de profissionais, não há investimento consistente em melhorias do sistema educacional e em formação docente.

Considerarei importante, através deste trabalho, verificar o impacto dessas práticas entre os professores de educação infantil, especificamente das creches de Miracema do Tocantins. Escolhi como possibilidade para este diálogo, a investigação sobre as percepções de professores sobre os conceitos de justiça e de injustiça.

A escolha por esse caminho, se baseou no fato de que a realização da prática reflexiva por parte dos profissionais da educação, tal como apontam Nóvoa (2004), Santos (2012), Freitas et al. (2009), requer um nível de consciência mais ampliado, ou seja, demanda que os docentes questionem e reflitam as situações que se desenvolvem, não somente no âmbito

escolar, mas, entendam que a escola e sua cultura organizacional são um reflexo da sociedade, um sistema aberto, sendo assim, afetadas por elementos macro e microestruturais, que condicionam os aspectos objetivos e subjetivos inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Destarte, considera-se que as práticas abusivas adotadas por parte da gestão municipal exercem grande impacto sobre os profissionais, interferindo em suas subjetividades e na compreensão que têm sobre o que é ou não justo.

Diante disso, optei por dialogar com o referencial da Epistemologia Genética de Jean Piaget, buscando identificar, em um pequeno grupo de professoras de creche, como elas enxergam seus ambientes de trabalho, as relações desenvolvidas entre pares, as relações com a gestão municipal, com as crianças e seus pais, percebendo, como isso vai, dia a dia, moldando e conformando o cotidiano da creche.

No próximo tópico, apresento os princípios que compõem as contribuições de Jean Piaget para a Psicologia da Moralidade, especialmente, a compreensão dos conceitos de justiça e injustiça.

### 3. ESTUDOS EM PSICOLOGIA DA MORALIDADE: AS CONTRIBUIÇÕES DE JEAN PIAGET

A moralidade é uma temática que orienta meus interesses como acadêmica do curso de Pedagogia, uma vez que, a reflexão acerca dessa questão nos permite construir relações mais igualitárias e saudáveis, fundadas na percepção de bem comum.

Posto isto, ela foi pensada por grandes estudiosos que elaboraram teorias voltadas à compreensão do ser humano, dentre os quais citamos, no campo da Psicologia, Sigmund Schlomo Freud (1856-1939), Jean William Fritz Piaget (1896-1980) e Burrhus Frederic Skinner (1904-1990). Mas, para todos os autores citados, o estudo da moralidade não ocupa a centralidade em suas pesquisas, sendo feita apenas de maneira ocasional, de sorte que a denominada Psicologia Moral tornou-se um consagrado campo de estudo somente a partir da segunda metade do século XX, tendo como pesquisador Lawrence Kohlberg (1927-1987) (LA TAILLE, 2010).

Kohlberg construiu sua teoria apoiando-se nos estudos pioneiros de Piaget, publicados no livro *O juízo moral da criança*, cuja primeira edição, em língua francesa, foi no ano de 1932. O pioneirismo de Piaget inspirou e orientou estudos posteriores, um deles, no campo da Psicologia da Moralidade. No cenário brasileiro, foi desenvolvida por diversos autores a partir da década de 1990, tendo sempre como ponto de partida, a Epistemologia Genética Piagetiana.

De acordo com La Taille (2010), a abordagem e, por conseguinte, a compreensão da Psicologia da Moralidade passa pela seguinte perspectiva: para compreendermos os comportamentos morais dos indivíduos, precisamos conhecer a perspectiva ética adotada por eles. Mas, nesse ponto, é fundamental que se destaque a diferença existente entre os conceitos de moral e ética.

De acordo com Piaget (1994, p. 23), moral é definida como um “sistema de regras” e moralidade refere-se ao “respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Muito embora o autor não tenha delimitado explicitamente as diferenças conceituais entre moral e ética, é possível apreendermos que: devido à existência de diferentes níveis de desenvolvimento moral entre os indivíduos, a ética se relaciona e é pertinente aos níveis mais evoluídos, tendo em vista, que envolve a reflexão a respeito das regras e não necessariamente o seu cumprimento (PIAGET, 1994; LA TAILLE, 1996).

Em grande medida, a ética é compreendida no campo de estudos da Psicologia da Moralidade como uma superação do nível das regras, mediante atitude reflexiva, e sua relativização.

Considerando os elementos supracitados, partimos para a exposição da concepção piagetiana de juízo moral, dado o pioneirismo e o valor de sua abordagem acerca da temática. Ademais, a Pedagogia e suas teorias sobre a educação, reconhecem o valor de suas contribuições, sendo este, um dos autores mais comumente utilizados nos cursos de formação docente, tanto inicial, quanto continuada.

Considerando os elementos expostos, tendo em vista, o exíguo tempo para a elaboração desta pesquisa, além da percepção de que este é um trabalho vinculado a um curso de graduação, mas será, posteriormente, sequenciado; optei por ler e conhecer, com envergadura, o referencial piagetiano e utilizá-lo para analisar as entrevistas realizadas com docentes da educação infantil, vinculadas a uma creche pública de Miracema do Tocantins, TO.

Ressalto ainda, que a produção teórica de Piaget, além de vasta, é complexa. Portanto, optei por me concentrar na leitura e compreensão da publicação mais representativa no âmbito das questões do desenvolvimento sóciomoral – o livro, *O juízo moral da criança*. É com base nessa publicação, apoiada nas leituras e reflexões de autores como La Taylle (2010), que as análises, aqui, foram realizadas.

Piaget, por meio de seus estudos e pesquisas, teve o intuito de investigar como o conhecimento é construído pelo homem. Destarte, observou, descreveu e refletiu atentamente sobre o desenvolvimento infantil, baseando-se na premissa que conhecer significa organizar, estruturar e explicar fenômenos a partir das experiências vividas. Dessa forma, o ato de conhecer, somente é possível, devido à construção e aprimoramento das estruturas mentais, o que ocorre, justamente, por meio das experiências humanas (REMOZZI-CHIAROTTINO, 1988).

Com base em experimentos, observações e reflexões, Piaget conclui que há o desenvolvimento do juízo moral entre seres humanos, caracterizado pela evolução de três tendências morais, respectivamente: **anomia**, **heteronomia** e **autonomia**. O estabelecimento da tendência moral, mais fortemente presente, no indivíduo, dependerá, em grande medida, das **experiências** e do **tipo de respeito** vivenciado nas relações estabelecidas entre crianças e adultos, ou mesmo, entre os pares (relação entre as crianças).

Há, portanto, uma estreita relação entre o modo como a criança vivencia as regras e a construção de seu desenvolvimento sóciomoral.

[...] as regras morais, que a criança aprende a respeitar, lhes são transmitidas pela maioria dos adultos, isto é, ela as recebe já elaboradas, e, quase sempre, nunca elaboradas na medida de suas necessidades e de seu interesse, mas de uma vez só e pela sucessão ininterrupta das gerações adultas anteriores (PIAGET, 1994, p. 23).

À vista disso, é na vivência das regras e suas aplicações que a criança elabora a dimensão psicológica das realidades morais, em brincadeiras, jogos lúdicos, diálogos e trocas (com pares e com adultos), elaborando assim, sua percepção acerca dessas regras, bem como, de sua importância para o funcionamento social. A compreensão a respeito desta aplicabilidade avança com o desenvolvimento infantil, apresentando diferenças de acordo com a idade, no qual, “a **prática** e a **consciência** da regra são, de fato, as que melhor permitem definir a natureza psicológica das realidades morais.” (PIAGET, 1994, p. 24)

Em suas observações, Piaget (1994) descreve o jogo do quadrado, a fim de ilustrar a vivência infantil das regras. Esse jogo, consiste em colocar algumas bolinhas em um quadrado, para pegá-las depois, deslocando-as por meio de uma bola especial, maior que as demais. Mas, de acordo com a forma pela qual a criança decide alcançar o objetivo (pegar as bolinhas), haverá certas complicações, avanços e retrocessos, conforme as regras. O jogo termina quando o quadrado estiver vazio e o vencedor é aquele que, ao final do processo, possui o maior número de bolas.

Ao analisar o jogo descrito acima, Piaget observa a presença de quatro estágios sucessivos no âmbito da **prática das regras**, a saber:

Um primeiro estágio, puramente motor e individual, no decorrer do qual a criança manipula as bolinhas em função de seus próprios desejos e de seus hábitos motores. Estabelece, nessa ocasião, esquemas mais ou menos ritualizados, mas, permanecendo o jogo individual, ainda não se pode falar senão das regras motoras e não de regras propriamente coletivas (PIAGET, 1994, p. 33).

As experimentações infantis evoluem para um segundo estágio que, de acordo com o autor, pode ser chamado de **egocêntrico**, comportamento intermediário entre condutas individuais e sociais.

[...] se inicia no momento em que a criança recebe do exterior o exemplo de regras codificadas, isto é, segundo os casos, entre dois e cinco anos. Todavia, mesmo imitando esses exemplos, a criança joga, seja sozinha sem se preocupar em encontrar parceiros, seja com os outros, mas sem procurar vencê-los e nem, por consequência, uniformizar as diferentes maneiras de jogar. Em outros termos, as crianças desse estágio, mesmo quando jogam juntas, jogam ainda cada uma para si (todas podem ganhar ao mesmo tempo) sem cuidar da codificação das regras. É esse duplo caráter de imitação dos outros e a utilização individual dos exemplos recebidos que designaremos pelo nome de egocentrismo (PIAGET, 1994, p.33).

Há o aparecimento de um terceiro estágio, no qual, segundo o autor, se verifica o nascimento de uma **cooperação**.

Um terceiro estágio aparece por volta dos sete ou oito anos, o qual chamaremos estágio da *cooperação* nascente: cada jogador procura, doravante, vencer seus vizinhos, donde o aparecimento da necessidade e controle mútuo e da unificação das regras. Somente, se os participantes chegam, em sua maioria, a se entenderem durante uma única e mesma partida, ainda reina uma variação considerável no que se refere às regras gerais do jogo. Em outras palavras, os meninos e uma mesma classe escolar, de oito ou nove anos, que, apesar de jogarem sem cessar uns com os outros, dão, quando interrogados separadamente, informações muito diferentes e quase sempre inteiramente contraditórias sobre as regras do jogo de bolinhas (PIAGET, 1994, p.33).

Por fim, há o desenvolvimento da capacidade de **codificação das regras**.

Finalmente, aos onze-doze anos, aparece um quarto estágio, que é o da *codificação das regras*. Não só as partidas daqui em diante são regulamentadas com minúcia, até nos pormenores do procedimento, como também o código das regras a seguir é agora conhecido por toda a sociedade. Os meninos de uma mesma classe escolar dão, de fato, aos onze e doze anos, informações de notável concordância, quando inquiridos sobre as regras do jogo e suas possíveis variações (PIAGET, 1994, p.33-34).

Piaget (1994) demonstra por meio de suas pesquisas que até, aproximadamente, os quatro anos de idade, as crianças vivenciam um período de anomia, ou seja, um estado de ausência de regras, derivado da falta de consciência em relação às mesmas. Após esse período do desenvolvimento, a moral começa a integrar o universo de valores das crianças, uma vez que, por meio de suas experiências, as estruturas mentais relativas ao dever, ao bem e ao mal são construídas.

Esse momento é nomeado pelo autor como **heteronomia**, caracterizado pelo respeito unilateral, verificando-se entre as crianças o desenvolvimento do sentimento de obrigatoriedade, dever.

Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento humano, em um primeiro momento, a regra coletiva é algo exterior ao sujeito e, portanto, sacralizada. Gradativamente, por meio das vivências, ocorre o processo de interiorização das regras, resultando em seu uso com base em um consentimento mútuo, pautado em uma consciência autônoma em decorrência das relações horizontais. Todavia, o respeito às regras com base na internalização dos valores e seu sentido social depende do modo como as mesmas são vivenciadas.

Sendo assim, as relações sociais, verticalizadas ou horizontalizadas, condicionam as tendências morais dos sujeitos, podendo ser **heterônomas** ou **autônomas**, não se

caracterizando em juízos de valor estanques. Há uma continuidade, mas, não linear, na qual cada nova situação, seja em crianças ou adultos, introduz uma nova noção imanente à psicologia da regra perante o conflito cognitivo, possibilitando o desenvolvimento de uma moral mais evoluída, valorizando assim, a equidade.

É um caso particular da psicologia moral, uma vez que certos traços da moral infantil nos aparecem, desde já, ligados a uma situação que predomina na criança (o egocentrismo resultante da desigualdade entre a criança e o ambiente adulto que exerce pressão sobre ela), mas que pode ser encontrada no adulto [...], em certas circunstâncias, no decorrer das quais experimenta novas condutas, cooperação com seu semelhante, a criança já é adulta. O adulto todo já está na criança, a criança toda também está no adulto. A diferença de natureza reduz-se então a isto: [...] é uma questão de dosagem [...] (PIAGET, 1994, p. 74-75).

Dosagem tal, caracterizada pelo que será eliminado nas atitudes e crenças e assumiram maior importância moral, dois fenômenos presentes na criança e no adulto, em que o primeiro predomina nela, o segundo, nele, tornando possível a identificação de comportamentos e reflexões morais, ora heterônomas, ora autônomas, nas diversas circunstâncias da vida das pessoas, uma vez que, um só indivíduo pode apresentar as duas tendências em situações diferentes, logo, podendo se autodesenvolver, evoluir.

Esmiuçando melhor a moralidade, há nessa dinâmica de pensamento, como dito anteriormente, a **consciência da regra** relacionada a sua prática, sob a forma de três estágios. No primeiro estágio, a regra ainda não é coercitiva, seja porque é puramente motora, seja (início do estágio egocêntrico) porque é suportada, como que inconscientemente, a título de exemplo interessante e não de realidade obrigatória (PIAGET, 1994, p.34).

No segundo estágio, (apogeu do egocentrismo e primeira metade do estágio da cooperação), a regra é considerada como sagrada e intangível, de origem adulta e de essência eterna; toda modificação proposta é considerada pela criança como uma transgressão (PIAGET, 1994, p.34).

E no terceiro estágio, a regra é considerada como uma lei imposta pelo consentimento mútuo, cujo respeito é obrigatório, se deseja ser leal, permitindo-se, todavia, transformá-la à vontade, desde que haja o consenso geral (PIAGET, 1994, p.34).

Há, como visto acima, a correlação entre os quatro estágios relativos à prática e os três estágios do desenvolvimento da consciência. Inicialmente, a regra é externa ao sujeito, respeitada de forma mística, já que há uma aplicação e um conhecimento rudimentar do seu conteúdo. Assim, gradualmente, o indivíduo interioriza uma regra racional pela observação do pormenor de cada regra, possibilitada pelas relações de respeito mútuo.

Nesse sentido, pode-se afirmar que há dois tipos de comportamentos sóciomorais relativos a dois tipos de respeito à regra: a **heteronomia** e o **respeito unilateral** causada pela coação e a **autonomia** e o **respeito mútuo**, pela cooperação.

É preciso distinguir, em todos os domínios, dois tipos de relações sociais: a coação e a cooperação, a primeira implicando um elemento de respeito unilateral, de autoridade, de prestígio; a segunda uma simples troca entre indivíduos iguais (PIAGET, 1994, p. 58).

Pouco a pouco, já que o pensamento se encontra em atraso em relação à ação, a cooperação entre iguais mudará a atitude prática da regra, fazendo desaparecer a lei sagrada e inquestionável, florescendo, na medida em que se aprende a praticá-la, um comportamento sóciomoral autônomo de livre decisão da própria consciência. Pois, na medida que se entende o que é do outro, compreende-se o que é seu, respeita-se o outro, mesmo em conflito, devido à funcionalidade intrínseca do mecanismo de discussão e reciprocidade, visto que ambos, sabem de sua importância social no contexto em que vivem, aceitam-se e fazem de um mais um, dois, uma lei da equidade a serviço de todos. "Em poucas palavras, a lei emana doravante do povo soberano e não da tradição imposta pelos antigos" (PIAGET, 1994, p. 65).

Piaget (1994) chama de **realismo moral** a tendência à heteronomia, estágio que avalia os valores e deveres como subsistentes em si, uma realidade pronta, independente da consciência, correlacionada a autoridade, em que o bem é definido pela obediência à lei imposta por algo ou alguém superior ao sujeito. Tal comportamento, acarreta um julgamento dos atos segundo seu resultado material, chamado pelo autor de **responsabilidade objetiva**, inclinada a diminuir com a idade, cedendo espaço para a autonomia moral e por consequência, o desenvolvimento da **responsabilidade subjetiva**, caracterizada por um julgamento das intenções intrínsecas a ação.

Essas repostas nos colocam, assim, em presença de dois tipos diferentes de atitudes morais: julgar os atos segundo seu resultado material ao levar em conta apenas as intenções. Essas duas atitudes podem coexistir nas mesmas idades e até na mesma criança, mas, em média, não podem ser sincronizadas. A responsabilidade objetiva diminui, em geral, com a idade, enquanto a responsabilidade subjetiva aumenta em importância, correlativamente. Portanto, trata-se, em suma, de dois processos que se interferem em parte; mas o segundo chega, pouco a pouco, a dominar o primeiro (PIAGET, 1994, p. 109).

Posto isto, a evolução dos comportamentos sóciomorais marca um progresso no sentido da reciprocidade, os julgamentos em função das consequências dos atos são oclusos pelas reflexões críticas, avaliando assim, as intenções, fonte da compreensão moral e respeito

ao próximo, colocando-se em pé de igualdade, em que a compreensão da realidade psicológica e moral se torna mais elevada a partir de uma consciência pessoal autônoma. [...] a cooperação supõe a inteligência, mas não há nada mais natural num tal círculo: a inteligência, que anima a cooperação, necessita deste instrumento social para constituir-se ela própria (PIAGET, 1994, p. 137).

Em linhas gerais, podemos afirmar que pelo julgamento dos indivíduos podemos identificar qual é a atitude moral que prevalece naquela pessoa em observação – a heteronomia ou autonomia –, e além disso, conhecer qual é a dinâmica moral do contexto em que elas vivem, se são hierarquizadas ou igualitárias. Nessa análise, podemos criar mecanismos para a mudança do contexto, se necessário, para então, promover experiências que desenvolvam, nesses sujeitos, a criticidade e autonomia de pensamento, estimulando a luta de classe, fortalecendo a autoestima, a esperança em comunidades justas. Nas palavras de Piaget (1994, p.113), “é sempre a cooperação que fará predominar a intenção sobre a letra e o respeito unilateral que suscitará o realismo moral”.

A partir das minhas observações como acadêmica sobre a realidade educacional de Miracema do Tocantins, realizadas ao longo da disciplina de Estágio em Educação Infantil – creche e pré-escola, além das leituras e confirmações epistemológicas sobre as tendências sóciomorais dos profissionais presentes na escola, há contrassensos psicológicos na mentalidade dos “educadores médios” e dos “pais médios”, termo emprestado de Piaget (1994), ao defenderem pelos seus discursos, uma educação informal e formal mais justa, igualitária e saudável, a partir de gestões democráticas.

Mas, a despeito do conteúdo discursivo, no plano da ação, praticam o contrário do que dizem “acreditar”, estabelecendo relações verticalizadas, prestigiando a obediência, a palavra sobre a experiência ativa, discussão livre e respeito mútuo, desvinculando assim, a teoria da prática e vice-versa.

Piaget (1994, p. 152-154), os chama de “governantes sem inteligência que se limitam a acumular as leis, com desprezo mesmo das contradições e da confusão de espírito crescente que resulta desta acumulação”, diz ainda que “a escola, porém, em lugar de criar um meio favorável à redução destas tendências, apoia-se nelas e as consolida, utilizando-as.”

É compreensível que sem a autonomia de pensamento, sem a busca de relações igualitárias, se perpetue de variadas maneiras o realismo moralidade, o que me parece comum no comportamento sóciomoral do “homem médio”, transmitido de geração em geração.

Isto é facilmente explicável, uma vez que é por longa ação das gerações umas sobre

as outras e através das apalpadelas multisseculares que se constituiu, por acomodação mútua das duas mentalidades em presença, o essencial dos preceitos da pedagogia e da moral comuns (PIAGET, 1994, p. 153).

Por isso, se faz necessário a valorização da cooperação, no ambiente informal e formal, para que haja a regulação da ação pelas noções do justo e do injusto em que o direito predomine sobre o costume através da motivação do próprio funcionamento da vida social, o bem comum. Ou seja, busca-se um equilíbrio ideal para o qual tendem os fenômenos na busca da igualdade de direitos e deveres, que Piaget (1994, p.156) denomina de **justiça distributiva**, fundamentada na ocorrência de injustiças de ordem econômica e política, posteriormente avaliada nesta pesquisa pelas perspectivas das professoras de educação infantil, a partir do seu julgamento sobre sua profissão, sendo então, justas ou injustas, no qual a “justiça é uma espécie de condição imanente ou lei de equilíbrio das relações sociais” e injustiça é a transgressão desse equilíbrio social.

Em suma, no que se refere à justiça, há a oposição de duas morais, semelhantes aos estágios do desenvolvimento sóciomoral citado anteriormente.

A moral da autoridade, que é a moral do dever e da obediência, conduz, no campo da justiça, à confusão do que é justo com o conteúdo da lei estabelecida e à aceitação da sanção expiatória. A moral do respeito mútuo, que é a do bem (por oposição ao dever) e da autonomia, conduz, no campo da justiça, ao desenvolvimento da igualdade, noção constitutiva da justiça distributiva, e da reciprocidade (PIAGET, 1994, 243).

Conforme o tipo de moral exercida nas relações sociais, há o condicionamento nas noções de justiça, uma que aceita ordens e punições sem questioná-las, fundamentada na moral heterônoma, e outra que valoriza a cooperação, baseada em condições recíprocas constituintes da moral autônoma. Sendo assim, as tendências morais, as noções de justiça e o tipo de respeito vivenciados nas relações são instâncias dialéticas, uma causa a outra, o que torna possível a evolução da moralidade na busca da equidade.

Depois desta pormenorização, dos elementos que compõem a instância sóciomoral nos homens, passo agora, para a construção do campo de pesquisa e sua delimitação.

## **4. A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA**

Neste tópico, apresento a justificativa da relevância do estudo, os motivos da escolha dessa temática, bem como, os objetivos da pesquisa e as técnicas de coleta de dado.

### **4.1 Delimitação do campo e coleta de dados**

Para realização das entrevistas, foi solicitado um ofício à Secretaria Municipal da Educação de Miracema do Tocantins – TO, que continha uma relação das escolas do município, abarcando que tipo de atendimento é feito, a quantidade de alunos e a localização (se zona rural ou urbana).

Foi no Centro Municipal de Educação Infantil Dona Regina, cujo atendimento educacional é destinado a 1 ano e meio a 3 anos e 11 meses, que escolhemos, eu e minha orientadora, realizar a presente pesquisa, a partir dos seguintes critérios: a falta de pesquisas científicas sobre as concepções morais dos professores; necessidade de conhecer as concepções de justiça e de injustiça dos profissionais de educação infantil (pois a grande maioria do acervo atual destina-se aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio); dentre as três creches municipais, essa possui um maior número de crianças matriculadas; a percepção da comunidade miracemense de que, dentre as três creches, essa instituição se destaca em termos de qualidade de atendimento; e por último, mas não menos importante, nossas experiências com os profissionais, que se mostraram receptivos em situações anteriores (estágio curricular supervisionado em educação infantil).

Para melhor contextualizar minha pesquisa, segundo os dados do IBGE, Miracema do Tocantins é uma cidade do Estado do Tocantins, localizada a 62 km de Palmas, capital do estado, com população atual estimada de 18.566 pessoas. No último censo realizado, em 2010, verificou-se 20.684 pessoas, sendo então, uma cidade pequena.

No âmbito educacional, não constitui uma prioridade das gestões municipais o investimento na área. Essa afirmação decorre do fato de observarmos, com regularidade, que as instituições educacionais não recebem o que necessitam em termos de materiais escolares, produtos de limpeza e demais insumos que garantiriam o bom funcionamento desses espaços.

Além disso, há uma prática vigente de contratação de servidores por regime CLT, ou seja, um contrato de trabalho temporário, sem a realização de concurso público. Verificamos que a cada mandato, com a troca da equipe gestora do município, ocorre a demissão de um grande número de profissionais que atuavam como servidores públicos e, no caso da

educação, essa prática tem um impacto extremamente negativo, uma vez que interfere na qualidade do serviço prestado; imprime um ritmo de descontinuidade aos projetos educacionais e iniciativas de formação continuada de professores. Além dos fatores descritos, essa prática gera um imenso descontentamento entre os profissionais, um clima de permanente desconforto e insegurança.

Por meio da minha experiência como acadêmica dos cursos de Pedagogia e de Psicologia, observei nos relatos de colegas e profissionais da educação, oportunizada pelo estágio curricular supervisionado, a ocorrência de injustiças contra a classe docente em relação a falta de investimento por parte do Poder Público, especialmente do Executivo municipal, tanto em infraestrutura, quanto em materiais essenciais, e principalmente, a instabilidade empregatícia e emocional.

Ao dialogar com os profissionais da educação, constatei em suas falas, grande desmotivação e desinteresse no exercício da profissão de Pedagogo, devido a atitude governamental de se favorecer, por meio de sua eletividade e temporalidade, ao exonerar antigos servidores dos cargos de direção da Secretaria Municipal da Educação, especialmente se estes não apoiarem sua candidatura, e nomear alguém em benefício próprio, desconsiderando o currículo do agente público exonerado e a supremacia do interesse público, positivada no ordenamento jurídico.

A arbitrariedade supracitada fere os direitos fundamentais dos trabalhadores, assegurados, inclusive, na Constituição Federal de 1988. Há transgressão de princípios fundamentais como a legalidade, impessoalidade e moralidade, que vinculam a Administração Pública a agir conforme o Estado Democrático de Direito que é o Brasil. Então, de quatro em quatro anos, muda-se as direções da Secretaria Municipal da Educação e, conseqüentemente, as direções e quadro docente das escolas, ocorrendo um ciclo de relações verticalizadas, de posse, mando e ordem. No qual, toda a comunidade escolar sente os efeitos negativos dessas práticas, o que é nocivo para o potencial formativo do ambiente escolar, prejudicando a cultura organizacional, reproduzindo esses padrões e tornando-se excludente e injusta.

Foi pela observação da realidade política-educacional de Miracema do Tocantins e pelo meu interesse em buscar soluções efetivas para tal problemática, que decidi investigar a temática da moralidade por meio da pesquisa acadêmica e verificar a veracidade das queixas observadas e os principais agentes dessas injustiças, bem como a influência da concepção moral sobre o julgamento da realidade. Pois assim, poderia cumprir com meu papel social enquanto formanda de Pedagogia e futura psicóloga, valorizando a construção de relações mais igualitárias e saudáveis, fundadas na saúde mental.

Optei então, por verificar se o profissional docente identifica a escola como um espaço de injustiças. Para isso, delimitarei: o objetivo geral, que foi conhecer os conceitos de justiça e de injustiça, e os objetivos específicos, referentes a compreensão da visão construída em torno do ambiente escolar como espaço de formação humana; identificar, por meio de pesquisa de campo, se os professores veem a escola como um espaço de injustiças; apontar elementos para a reflexão acerca da escola como espaço formativo, inclusive para os professores.

Sendo assim, a coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista semiaberta, tendo como base o método clínico piagetiano, que busca compreender como os indivíduos pensam, analisam situações e resolvem problemas. O instrumento continha questionamentos introdutórios sobre o nome e a idade das entrevistadas, qual o regime empregatício que regulamenta a atuação profissional, se são contratadas ou concursadas, o tempo em que exerceram a docência e que atuam na educação infantil, bem como questões investigativas sobre as concepções morais das professoras, elucidadas pelos significados do justo e injusto e suas exemplificações, além das possíveis ocorrências de injustiças sofridas e a identificação do meio em que se sucederam e seus agentes.

A partir disso, foram reconhecidas as injustiças contra a classe docente, na escola, entre pares – de professor para professor, as praticadas pela direção, pelos pais e gestão municipal. Além disso, foi solicitado avaliações gerais do ambiente escolar em que trabalham e quais seriam as possíveis modificações da profissão de Pedagogo para a minimização das injustiças vivenciadas.

No decorrer da pesquisa, foram respeitados os procedimentos éticos conforme prevê a Resolução CNS 466/12. Então, foi solicitado aos participantes que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para preservação do anonimato.

As entrevistas ocorreram na própria escola que as participantes lecionam, especificamente no final do semestre de 2019/1, no horário de disponibilidade das docentes, apenas 3 foram entrevistadas, devido a falta de compatibilidade de horários com as reuniões e confraternizações de conclusão semestral. As entrevistas foram gravadas e transcritas, os dados coletados foram analisados com base na teoria piagetiana, conforme a discussão apresentada no próximo tópico.

## **5. CONCEPÇÕES DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE JUSTIÇA E INJUSTIÇA**

Os dados a seguir expressam a percepção das participantes sobre justiça e injustiça e as principais ocorrências de injustiças em seu cotidiano, coletados por meio do método clínico piagetiano.

Nas questões introdutórias, observa-se que as professoras entrevistadas são do sexo feminino. Quanto ao tempo de atuação, as docentes apresentam experiência em educação infantil de: 14, 17 e 19 anos, respectivamente. As idades das profissionais são: 40, 41 e 48 anos de idade, sendo que duas delas são concursadas e uma contratada.

Nas questões investigativas, foi solicitado que conceituassem justiça e injustiça, dando exemplos de situações que vivenciaram. Dentre as situações envolvendo injustiças, delimitamos o campo demarcando as injustiças contra a classe docente, as que ocorrem na escola, entre os profissionais, as praticadas pela direção, pelos pais e gestão municipal. Também fora solicitada às profissionais uma avaliação geral do ambiente em que trabalham e o que mudariam em sua profissão, se pudessem.

As informações coletadas passam a ser apresentadas detalhadamente e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o Roteiro da Entrevista Semiestruturada podem ser visualizados nos apêndices A e B, ao final dessa pesquisa.

Para facilitar a leitura e a compreensão, as análises serão organizadas em subseções, sendo que as entrevistadas serão denominadas Docentes 1, 2 e 3, respectivamente. Essa denominação preserva suas identidades e a forma de organização dos dados torna possível a delimitação e melhor compreensão das percepções de cada uma delas.

### **5.1 Percepções acerca de justiça e injustiça da Docente 1**

A primeira docente entrevistada, comumente denominada Docente 1, é concursada e conceituou justiça como “é tudo o que é justo, lícito, transparente, correto de se fazer”, como o tratamento igualitário. Injustiça, para ela, é “ferir direitos, trazer danos, não ajudar o próximo”, como, o tratamento desigual, a injúria e a calúnia praticadas por um julgamento nocivo e precipitado, “somos taxados, marcados”, dado que segundo a entrevistada é motivado pelo incômodo do outro em relação à postura profissional da classe docente, caracterizada pela criticidade e problematização das relações sociais. Em suas palavras, as “pessoas, o sistema, no geral, prestam um tratamento insatisfatório contra os professores”,

identifica assim, a ocorrência de injustiças contra a classe docente. Relatou ainda, que há grande incidência, por isso, sente-se indignada. Expôs que “pensar diferente, não aceitar imposições acarreta a falta de acolhimento afetivo, exclusão, restrição do pensamento e da comunicação”. Há então, em decorrência do julgamento prejudicial citado, a punição. Visto que, segundo a Docente 1, não se pratica o respeito pela opinião alheia e fere-se o direito à livre expressão.

Quanto às injustiças na escola em que atua, não há identificação. No entanto, a Docente 1 relata que há a incidência de injustiças em outras instituições onde trabalhou, mas não as exemplifica. Em relação às injustiças entre pares – de professor para professor, disse que há, mas não traz de imediato sua exemplificação, indiretamente, em outras falas, revela que tal injustiça é caracterizada pela “falta de união da classe docente”, “na educação não se tem amigos”. Essa falta de afiliação, segundo a docente, também é provocada por olhares repletos de juízos distorcidos e prejudiciais sobre o trabalho uns dos outros, acredita que a superação dessa desunião se daria pela aquisição do conhecimento científico proporcionada pela formação continuada. Percebe-se pelo seu discurso o desejo pelo afago e validação do outro, unindo-se à sua classe enquanto Pedagoga.

Em relação às injustiças praticados pela direção, a Docente 1 diz que não há e por isso não as exemplifica. Já as injustiças praticadas pelos pais, relatou sobre um caso no qual a caluniaram. Apesar de sua exemplificação, insistiu em não reconhecê-las formalmente. Alega que possui, em suas palavras, “uma relação tranquila com os pais”, no entanto, afirma que “existe um conflito” exercido por pais superprotetores, fomentado pela divergência de pensamento sobre como educar as crianças, já que o trabalho pedagógico realizado na instituição é executado em conjunto, sendo multiprofissional, a fim de chegar a um objetivo comum, que é o desenvolvimento pleno dos alunos, com a colaboração dos pais no educar informal em suas casas. Por isso, a docente reafirma tal perspectiva dizendo que é necessário que a comunidade escolar se conscientize, já que tal parceria “tem surtido efeitos positivos para o desenvolvimento infantil” (Docente 1).

A Docente 1 identifica que há injustiças praticadas pela gestão municipal, no entanto, afirma a diminuição dessa situação desde a gestão de 2014. Segundo a entrevistada, no período anterior ao ano de 2014, a gestão era *hierarquizada* (sic), havia muita perseguição, opressão, atitudes coercivas da direção por ordem do secretário da educação para romper com a luta dos direitos dos professores, assegurados e regulamentados no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).

A Docente 1 aponta ainda, que na época sentiu-se muito injustiçada e amedrontada, visto que a experiência foi dolorosa e ameaçadora, em suas palavras, “os governantes não aprovavam o PCCR, haviam punições”, entre essas, as faltas que os professores recebiam enquanto protestavam e envolviam a comunidade sobre a importância de sua luta e a remoção desses para zona rural. Havia sentimentos de raiva e vingança por parte dos governantes e secretários, "marcando" os profissionais que tinham um comportamento problematizador, questionador e que se envolviam na luta pela aprovação do PCCR, para posteriormente, não atender suas necessidades individuais solicitadas à gestão municipal.

Ainda de acordo com a Docente 1, nesse contexto, as relações entre os professores eram bem conflituosas, havia a prática de difamação entre os pares e tendência a bajulação de quem se mantinha no poder para obter cargo de direção, no qual a remuneração era superior. Apesar da situação, a Docente 1 afirmou que as injustiças têm sido minimizadas, mas, que ainda há certa ocorrência. Pois, hoje há a eleição ou a indicação do cargo de secretário da educação, extinguindo a opressão e exercendo, de certa "forma" – faz gestos com as mãos para enfatizar as aspas –, a democracia.

A Docente 1 considera as relações justas em sua avaliação geral do ambiente em que trabalha, apesar dos poucos casos de injustiça que presenciou. Quanto as possíveis modificações para a minimização das injustiças contra a classe docente, suas principais queixas são sobre a falta de recursos físicos das escolas, da infraestrutura e dos materiais pedagógicos e a falta de promoção de formação continuada. Relata que não há a oferta de capacitação docente pelo município e acredita que por meio dessa mudança a comunidade escolar teria a oportunidade de quebrar paradigmas baseados na educação tradicional, com foco apenas na dimensão cognitiva do sujeito, que desvaloriza um ensino voltado para a formação integral do homem, e assim, também promoveria relações mais justas.

A Docente 1 disse ainda, que a falta de conhecimento causa relações conflituosas e constroem um ambiente nocivo. Deseja a mudança desse aspecto, no qual a classe docente se una, por isso, segundo a entrevistada, há a necessidade de desconstruir concepções limitantes e construir, por meio da educação continuada, uma visão mais qualitativa, inclusiva e saudável do trabalho pedagógico e das relações intrínsecas a este, objetivando uma melhor qualidade da educação.

No decorrer da entrevista, a Docente 1 expressou, por meio do seu discurso, sua necessidade de assistência, visto que possui grande desejo e sentimento de piedade, compaixão, ternura, desejo de dar simpatia e gratificar as necessidades das pessoas indefesas,

que em sua fala, são as crianças. Mostrou-se receptiva e à vontade para falar de si e, com o decorrer da entrevista, sentia-se cada vez mais confiante ao expressar suas opiniões.

A Docente 1 procurava conceituar os fatos de sua vida interior dando justificativas aos seus raciocínios e, percebe-se por meio desta, características de personalidade compreensiva e observadora, segundo Pasquali et al. (1997), na busca pela compreensão dos seus motivos e dos outros para agirem. Sente-se responsabilizada pelo seu trabalho e diz ser uma pessoa preocupada com o desenvolvimento dos seus alunos, com isso percebe-se sua necessidade de desempenho, sua fala é assertiva e suas intenções são proativas. Gosta de ser autônoma, diz ser uma pessoa questionadora, gosta de sentir-se livre, independente, seguindo seus impulsos e concepções, resistindo à coerção e à oposição.

Os resultados evidenciaram que a entrevistada possui maior adesão ao valor de solidariedade e igualdade quando exemplifica os conceitos justiça e injustiça pelo tratamento igual e desigual, do que a justiça em si, que é atrelada a noção de equidade. Mediante sua conceituação, no qual justiça “é tudo o que é lícito, transparente, correto de se fazer”, infere-se que, para ela, justiça é o que não é proibido de se fazer, sendo assim, atribui à justiça a obediência a norma, visto que, tudo que é lícito e correto de se fazer é imposto por algo ou alguém.

Essa dinâmica de pensamento é reforçada em sua conceituação de injustiça, que é transgredir o direito, a regra e prejudicar o outro, é não ser solidário, em suas palavras, “não ajudar o próximo”. Além disso, disse que a mentira é uma injustiça exemplificada pela injúria e calúnia. Vincula, em suas falas, o conceito de injustiça ao o que causa dor, que prejudica o outro, que o pune, ou seja, a injustiça é o castigo, em suas palavras, “quando te taxam”.

Tais características apontam para uma concepção moral heterônoma, já que não privilegia a equidade em seu discurso, mas a igualdade e solidariedade, legitimando o respeito, a regra, a lei, a manutenção de convenções sociais para não sofrer as consequências da transgressão, que seriam as injustiças realizadas pelas punições. Tais elementos são fundados, de acordo com Piaget, no respeito unilateral e na coação, relacionada à obediência a norma, que é imposta e exterior ao indivíduo.

Sua concepção moral heterônoma de justiça e injustiça, em que o justo é definido pela obediência à lei imposta, contrasta com sua denúncia sobre as injustiças que já presenciou e sofreu, como citou, praticadas contra a classe docente, aquelas que ocorrem no ambiente escolar, as praticadas entre pares, pelos pais e pela gestão, visto que todas elas são o resultado do respeito unilateral exercido pela coação, ocasionando um desequilíbrio nas relações numa perspectiva hegemônica, em que a autoridade insiste que: “eu sou melhor que você devido a

minha posição social e profissional, por isso você deve me obedecer” ou “a minha verdade deve ser acatada”.

A regra é imposta e sacralizada, não é considerada como uma lei pelo consentimento mútuo, o respeito é trivializado, o realismo moral é supervalorizado e a realidade torna-se independente do eu, pois está correlacionada ao mando da autoridade. Sucedendo assim, como afirma a docente, pensamentos nocivos do outro, já que este não se ajusta às necessidades da autoridade, prestigiando o seu ego ao invés da coletividade pelo exercício do desrespeito, da punição, promovendo assim, por consequência, a indignação, a raiva, o medo, a vingança, rompendo com a comunicação e possibilidade de construir relações justas.

A Docente 1 relatou uma situação na qual as gestões municipais anteriores agiam de modo coercitivo em relação aos professores, com o intuito de conformá-los em certos padrões de comportamento. Dessa forma, os docentes eram removidos das instituições em que trabalhavam, eram deslocados para a zona rural fora do período de lotação de salas (o que em geral ocorre ao final do ano letivo). Essas práticas tinham um objetivo punitivo, observadas em virtude de suas posturas críticas e de protestos que realizavam para aprovação do PCCR. Nesse sentido, muitos profissionais que ocupavam cargos na gestão municipal utilizavam dispositivos legais e a máquina estatal com o objetivo de perseguir e coagir os profissionais da educação a tomarem posturas e medidas que estivessem alinhadas com o discurso da equipe gestora. Posto isto, em alguns casos, ao exercer a legalidade, fere-se princípios constitucionais como a moralidade e a impessoalidade, demonstrando que uma consciência sóciomoral melhor desenvolvida demanda reflexão acerca de posturas e também em relação às regras e leis.

Em suma, a Docente 1 sente-se injustiçada como profissional pelo julgamento prejudicial do outro exercido pela calúnia, rompendo com a união da classe docente e da comunidade escolar, e por não ter condições satisfatórias para o exercício da docência, reconhece que na escola há a incidência de injustiças, mas não na atual instituição em que trabalha. Além disso, acredita que tais injustiças seriam minimizadas pela promoção de educação continuada proporcionada pela gestão municipal.

## **5.2 Percepções acerca de justiça e injustiça da Docente 2**

A segunda entrevistada, doravante denominada Docente 2, é concursada e conceituou justiça como “tudo que é de direito, que segue a lei e os bons costumes, não lesionando-os (sic) de nenhuma forma e contribuindo para diminuir a incidência das injustiças.” Injustiça, na

visão dessa profissional significa “não cumprir a lei, lesionando (sic) o direito e praticar ações que prejudiquem alguém.”

A Docente 2 não expôs a exemplificação de justiça, mas, por outro lado, injustiça para ela é “quando há falta de vagas para matricular todas as crianças e há precarização das condições materiais de trabalho”. É possível identificar que a percepção dessa profissional com relação às injustiças existentes no âmbito em que atua profissionalmente estão relacionadas à infraestrutura das instituições escolares e aos recursos pedagógicos, identificando assim, às injustiças contra a classe docente e as praticadas pela gestão municipal, visto que, dificulta a atuação profissional do Pedagogo.

Nas palavras da Docente 2, ter boas condições de trabalho é “de direito de toda comunidade escolar. Nosso trabalho seria mais justo se tivéssemos boas condições materiais para realizá-lo”.

A definição de educação justa dessa profissional se delineia na relação entre o trabalho docente, os materiais pedagógicos e boa infraestrutura escolar. São consideradas, por ela, os elementos que possibilitam a materialização do processo educativo em si. Por conseguinte, a ausência de condições para a realização do ato educacional é vista como um ponto de injustiça.

Quando indagada sobre as injustiças existentes na escola em que atua e entre pares, a Docente 2 não as verbaliza, ou seja, não as identifica. Quanto às praticadas pela direção, a profissional entrevistada não as reconhece e relata que as equipes docente e pedagógica têm uma ótima relação, buscam trabalhar em conjunto, considerando opiniões contraditórias para intervir no fenômeno em pauta, promovendo assim, uma educação de qualidade.

Seu discurso sobre as injustiças praticadas pelos pais foi ao encontro das elaborações apresentadas pela primeira entrevistada, a Docente 1. Ademais, a Docente 2 expõe que há um conflito, mas não o considera uma injustiça, visto que os pais das crianças, ao questionarem seu trabalho, estão apenas reivindicando os direitos dos seus filhos de obterem uma formação de qualidade. Disse ainda, que as profissionais docentes são parabenizadas nas reuniões, e que ouvem “vocês são recursos humanos”.

Em sua avaliação geral do ambiente, a Docente 2 alega que considera as relações justas. Mencionou que, às vezes, o trabalho docente “deixa a desejar”, caracterizando-o como mediano, em virtude de causas externas à comunidade escolar, entre essas, a falta de materiais pedagógicos e a estrutura física precarizada.

Sendo assim, a Docente 2 deseja mudar o quadro atual caracterizado pela precariedade do sistema educacional brasileiro. Identifica grande dificuldade da equipe escolar em

promover um desenvolvimento adequado às crianças em razão de haver apenas duas salas na instituição, mas, no momento, somente uma delas é utilizada, comportando, em um mesmo espaço, faixas etárias muito distintas – de um ano e seis meses até dois anos e meio –, o que causa agitação e estresse a docentes e discentes.

A Docente 2 afirma, de forma indireta, que se sente reconhecida profissionalmente e que basta promover condições materiais adequadas para as escolas que será plenamente possível proporcionar uma formação integral e de qualidade às crianças.

Na entrevista, a profissional utilizou com frequência expressões como “que eu saiba, não”, “que aconteceu comigo, não” ao ser interrogada a respeito da ocorrência de injustas, mas, sinaliza com gestos, nas lacunas em suas falas, na forma como move os olhos e na insegurança em sua voz, que por mais que não reconheça as injustiças, ainda assim, essas existem.

A Docente 2 não demonstrou estar confortável nessa experiência e, logo no início da entrevista disse “minha garganta está ruim hoje”. No final de suas frases usa a expressão “né”, procurando ser validada, pretendendo controlar a situação tensa e constrangedora de ser interrogada.

A partir desses dados, observa-se que a entrevistada associa sua concepção de justiça à lei, à norma, e de injustiça à transgressão desta. Sendo assim, possui maior adesão a valores que estabelecem a isonomia de direitos e deveres dos cidadãos, exemplificada pela “falta de vagas para matricular todas as crianças”.

Assim como a primeira entrevistada, relaciona solidariedade à justiça, valorizando a igualdade ao invés da equidade, conceito que é melhor adaptado à noção de justiça em si. Logo, sua concepção moral é heterônoma, visto que, justiça para ela é obedecer a lei, sendo esta uma regra categórica emanada da autoridade soberana de uma sociedade e impõe a todos a obrigação de submeter-se a ela, sob a pena de sofrer sanções, objetivando a ordem.

Nessa concepção, há a ligação entre os fatos e o direito, que regula as relações humanas e propicia, por meio de seus dispositivos, relações mais justas. No entanto, não as garante. Além disso, segundo Di Pietro (1998), nem tudo que é legal é concomitantemente moral e honesto, um exemplo são os altos salários e vantagens, como o foro privilegiado, embora sejam aprovadas dentro da legalidade, grande parte da população sofre para sobreviver apenas com um salário mínimo e não goza de recursos básicos previstos na Constituição Federal.

A docente afirmou que justiça, para ela, é “não lesionar o direito de nenhuma forma”, sendo assim, absoluto e inquestionável. No entanto, a lei é dinâmica e serve ao interesse

público, que não é estático, mas sofre mudanças de acordo com as necessidades sociais, está à disposição da coletividade. Nesse sentido, sua concepção moral mostra-se heterônoma, no qual a lei torna-se absoluta, sacralizando-a, visto que, legitima um respeito unilateral, nesse caso, vinculado a lei, causado pela coação desta, sob pena de punir os que a desrespeitam.

Nessa perspectiva, os valores são uma realidade pronta e acabada, externa ao sujeito, características do realismo moral evidenciado por Piaget e pela docente entrevistada. Em suma, a entrevistada sente-se injustiçada como profissional apenas no quesito material, contemplando suas condições de trabalho que, segundo ela, são insatisfatórias.

Cabe ainda ressaltar que o conteúdo da entrevista da Docente 2 foi mais sucinto, devido ao já relatado desconforto apresentado pela profissional ao ser entrevistada.

### **5.3 Percepções acerca de justiça e injustiça da Docente 3**

A Docente 3 conceituou justiça como “é a isonomia dos nossos direitos”, exemplificada pelo tratamento igualitário. E injustiça é “ferir o direito”, enfatizou, ao ser solicitado exemplificações de situações injustas, que na educação há a ocorrência de mais injustiças do que de justiças.

Trata-se uma profissional contratada, ou seja, não tem estabilidade por não ser concursada, identificando assim, as injustiças relativas ao seu regime de trabalho, visto que, segundo ela, as formas de tratamento dos colegas e da gestão municipal em relação aos pedagogos contratados e concursados são diferentes, há uma exorbitante diferença salarial, reconhecendo assim, às injustiças contra a classe docente. Além dessas, enfatiza outras, semelhantes às identificadas pelas outras entrevistadas, no âmbito da precarização da educação, tanto em infraestrutura, quanto em materiais pedagógicos e falta de unificação da classe docente.

No que se refere às injustiças na escola, aponta que o atual ambiente em que trabalha é o mais justo comparado as outras instituições, por isso não as identifica. A respeito das injustiças entre pares, relatou o mesmo, não reconhecendo-as no presente, mas identificando-as em outros contextos, exemplificada pela rivalidade entre os profissionais, motivada por uma perspectiva hegemônica e individualizada do trabalho docente, fomentando a discriminação, segunda a entrevistada, dos concursados para com os contratados. Devido a esse fato, relata que a classe docente não é unida.

No tocante às injustiças praticadas pela direção e pelos pais, também não as identifica, relata que a diretora é “gente boa demais” e nas reuniões do conselho de classe a equipe escolar é sempre elogiada, dado semelhante as entrevistas anteriores.

Já as injustiças praticadas pela gestão municipal, queixa-se das direcionadas aos contratados, não há um tratamento isonômico, nem respeitoso, há discriminação. Segundo a docente, “concursados e contratados trabalham da mesma forma, cumprem com os mesmos requisitos para atuar na educação, por isso ambos, independente do regime, deveriam ser tratados com respeito, havendo a igualdade de direitos, já que há a de deveres”. Gostaria que houvesse paridade salarial entre esses, visto que, segundo a docente, há uma diferença exorbitante.

A Docente 3 sente-se instável profissional e emocionalmente, devido à quebra do contrato de um ano, em suas palavras, “eles tiram a gente do sistema para não pagar a gente no mês de julho”, em agosto, se houver nova contratação, continua-se a trabalhar. Também se sente desamparada e insegura quando há uma criança com necessidades educativas especiais em sala, devido à falta de suporte da gestão pública na promoção da formação continuada, dado consonante a primeira entrevistada, ambas afirmam que não há.

Disse ainda, que a gestão municipal se faz presente na escola com o objetivo de avaliar quais são as necessidades da comunidade escolar, mas alega que não vê mudança alguma, por isso sente-se desanimada. Expõe sobre a precariedade da instituição e diz o mesmo que a segunda docente entrevistada, há muita agitação e estresse da equipe escolar em atender crianças de faixas etárias diversificadas na mesma sala, acrescentou ainda, sobre a necessidade da cobertura da área externa para ofertar aulas mais interativas e diminuir a tensão do confinamento. Em suas palavras, “exigem um trabalho bem-feito, mas não dão condições favoráveis para que ele aconteça, você tem que se virar”.

Apesar da incidência de tais injustiças, avalia no geral, as relações como justas. Mesmo assim, reafirma que na educação há mais injustiças que justiça, se contradizendo. No decorrer da entrevista, não pareceu se sentir confortável com a situação, foi sucinta em suas respostas. Disse repetidamente, suspirando, enquanto falava sobre as injustiças citadas, “é difícil, é difícil, a educação é difícil” e “você tem que rebolar, se virar”. Pareceria cansada, com certa tristeza, mencionou que estava sem esperança, já que não enxergava mudanças positivas, principalmente em relação ao seu regime de contratação.

Deseja minimizar as injustiças que sofreu, gostaria de mais capacitação possibilitada pela formação continuada, sugeriu que todo início de ano letivo a gestão municipal promovesse um curso de educação inclusiva. Além disso, almeja condições melhores de

trabalho, entre elas, a isonomia salarial entre contratados e concursados. Enfatiza que essas questões devem ser superadas e que se faz necessário a união da classe docente para adquiri-las, no entanto, não vê que tais mudanças são possíveis, justamente pela desunião dos profissionais da educação.

Como as demais entrevistadas, a docente possui concepção moral heterônoma, já que vincula justiça à igualdade e injustiça à violação da norma estabelecida pela lei que trata do direito das pessoas e como visto, tal perspectiva legitimada o realismo moral, tendência a julgar a realidade por um respeito unilateral praticado pela coação da autoridade, que nesse contexto, é a lei, afastando-se da equidade, característica fidedigna ao conceito de justiça de que trata essa pesquisa.

Sendo assim, os resultados demonstraram que as participantes consideram a escola como espaço justo, apesar de deflagrarem divergências sobre tal assertiva em suas exemplificações e relatos de situações injustas. Ambas possuem concepção moral heterônoma, visto que há uma inclinação a terem atitudes impositivas com relação à regra, estabelecida pela lei que deve ser seguida, baseando-se no respeito unilateral de sua aplicação. Alcançam, pelo seu discurso, grande adesão aos valores de igualdade e solidariedade numa perspectiva sociocêntrica, já que valorizam o respeito e a manutenção de regras e leis que podem garantir, de acordo com as entrevistadas, seus direitos. No entanto, se houvesse garantia, não seriam identificadas as injustiças contra a classe docente, praticadas pelos agentes apresentados, entre pares e nas escolas – mas não na que trabalham –, pelos pais e pela gestão municipal. Percebe-se que há contrassensos psicológicos na mentalidade das docentes, pois ao mesmo tempo em que seu juízo moral é fundamentado na heteronomia, no respeito absoluto a lei, fazem uma denúncia em relação às injustiças baseadas no realismo moral, sentem-se injustiçadas e confunde-se o que é justo com o conteúdo da lei, legitimando os status quo e aceitando a sanção expiatória, promovendo assim, o desânimo e a desesperança no processo educativo.

De acordo com os relatos das docentes, infere-se que a justiça distributiva não está sendo exercida em sua totalidade, há uma transgressão do equilíbrio social praticada pelas injustiças, no qual o principal agente é a gestão municipal, identificadas pela não promoção de capacitação pela formação continuada, falta de investimento econômico materializado na precarização do ambiente escolar e dos materiais pedagógicos, além do desrespeito a uma das docentes pela quebra de contrato de um ano, abdicando de suas responsabilidades remuneratórias no mês de julho. Permitindo-me a afirmativa de as injustiças conferem um

sério impacto no trabalho desenvolvido nas escolas municipais, interferindo nas subjetividades e interpretações morais da realidade.

O Pedagogo, enquanto um educador que visa a emancipação do homem e a quebra de paradigmas excludentes, e a escola, como um ambiente formativo por excelência, lugar que possibilitaria em âmbito teórico estabelecer relações recíprocas, nos cabe a reflexão: em que medida a concepção moral das participantes, fundamentada na heteronomia, afeta a didática do ensino-aprendizagem e conseqüentemente a formação das crianças? O ensino dos valores morais é semelhante ao que aprenderam e ao que são?

É nesse sentido que se faz necessário avaliar a dinâmica no ensino-aprendizagem dos docentes da educação infantil de Miracema do Tocantins, para enfim, conhecer qual é a real efetividade de sua prática docente, se é qualitativa e significava, fundada na relação entre iguais, em concepções morais autônomas, ou se é excludente e insignificante para o educando, no qual o ensino é imposto, assim como a regra é sacralizada.

A formação continuada não traria novos conhecimentos e perspectivas com o objetivo de minimizar a incidência das injustiças identificadas? Creio que sim, proporcionaria a expansão de suas consciências e aquisição de um pensamento social mais elaborados, pautados na moral autônoma, não na heteronomia, assim como mostra os dados; ofereceria formas criativas para diminuir o impacto da precarização pelos trabalhos manuais, promoveria mais segurança para as docentes no trabalho junto as crianças com necessidades educativas especiais, além disso, a classe docente teria a oportunidade de se unir, afiliar-se com o comprometimento pela profissão de Pedagogo e conseqüentemente com a comunidade escolar, fomentando assim, relações mais justas, que visam a equidade e minimizando as injustiças das quais as entrevistadas se queixam.

Em suma, a presente pesquisa apresenta dados concretos de que é necessário sair da teorização da educação, ir além do verbalismo e proporcionar mudanças práticas que caminhem na direção de uma educação de qualidade, formando sujeitos críticos-participativos e minimizando as injustiças por meio da formação continuada, pois estima-se um trabalho humanizado, retomando o valor da saúde mental. No qual, a escola seja realmente compreendida como um espaço para a formação docente, criando um ambiente propício para o desenvolvimento sóciomoral mais elevado, tal como apontam Nóvoa (2004), Santos (2012), Freitas et al. (2009), enfatizando a importância do protagonismo dos profissionais docentes em seu próprio desenvolvimento profissional.

Também indica, a necessidade de ampliar o escopo de investigações apoiadas na Psicologia Moral de orientação teórica metodológica piagetiana para subsidiar e orientar

práticas reflexivas e interventivas no contexto escolar. Já que, o estudo da moralidade aplicada retoma e valoriza a temática da função social da escola, prestigiando a justiça e a democracia fundadas em interações entre iguais, recíprocas, para construção de uma sociedade com mais equidade, tolerância e paz, diminuindo assim, a violência da injustiça baseada na individualidade, fomentada pela crise ética contemporânea que naturaliza a exclusão social.

Por isso, considero a iminente necessidade dos acadêmicos de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, juntamente aos nossos professores e a gestão municipal, de ampliar os estudos, por meio do ensino, da pesquisa e extensão, que ressaltem a noção de injustiça e criarmos efetivamente mecanismos que as minimizem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo me permitiu o direcionamento de um olhar mais atento aos professores de educação infantil. O interesse que se manifestou ao longo das atividades de estágio curricular supervisionado deu espaço para a necessidade de um olhar mais atento para as falas e os silêncios dessas profissionais.

A escolha da creche como espaço de pesquisa se deve ao fato de que essa instituição foi, historicamente, vinculada à assistência, sendo compreendida como algo de menor importância e, portanto, sua regulamentação na esfera educacional é recente, ocorrendo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Há ainda outra questão enfrentada pela educação infantil (creches e pré-escolas), a falta de habilidade do poder público municipal para atender as demandas desse segmento. O que se verifica são instituições funcionando em prédios inadequados, infraestrutura e equipamentos precários, ausência de uma política de formação continuada para docentes, superlotação devido às matrículas excessivas em espaços insuficientes para a demanda, entre outras questões.

Conforme dito ao longo do texto, as gestões municipais de Miracema do Tocantins têm sustentado o hábito de utilizar os cargos políticos como barganha de cunho eleitoral. Assim, docentes e demais profissionais são sistematicamente aviltados e perseguidos, tendo seus direitos trabalhistas cerceados.

Ao optar por conhecer o impacto disso nos docentes, decidi apreender o grau de desenvolvimento sócio-moral dos mesmos, indagando-os sobre como vêm a escola e as relações estabelecida nela, considerando as relações entre pares, com os pais das crianças matriculadas, com as crianças e com o poder público.

As três profissionais entrevistadas demonstraram certa dificuldade em expressar suas percepções sobre injustiça e, algumas vezes, demonstraram desconforto diante a situação. Houve respostas evasivas e tentativas de se esquivar, mas, para além daquilo que foi dito, o silêncio, as lacunas, as expressões faciais demonstraram o desconforto com a precarização das condições de trabalho.

As docentes também evidenciaram uma percepção restrita sobre as noções de justiça e de injustiça, por vezes, demonstrando um juízo moral heterônomo. Foi observada, entre as profissionais, certa dificuldade em refletir sobre as regras, colocando-a como se fosse inquestionável.

O estudo trouxe à tona uma grande necessidade de investimento em formação

docente, bem como da importância de práticas que auxiliem na consolidação da escola como um espaço de reflexão, de construção dos sujeitos, de respeito, de trocas, enfim, de formação humana.

Desta pesquisa, percebi que anterior ao ensino, há a empatia, a necessidade de se refazer e fazer de sua prática educativa, ato significativo para o outro, visando a sua transformação enquanto ser que ressignifica sua existência e encontra soluções mediante o conflito, tão presente e tão importante para as relações sociais, sem este não há mudança, sem esta, não há crescimento. Questionar-se, é então, ação indispensável para quem se empenha na luta por uma educação de qualidade, sem pseudossoluções, e por isso, destaco a importância de se problematizar e enfrentar as relações abusivas, seja onde elas se encontram, na busca de uma sociedade e uma educação mais humanizada, pois isto é, amá-la.

## REFERÊNCIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.  
FREITAS, Luiz Carlos *et al.* **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

LA TAILLE, Y. de. **A educação moral: Kant e Piaget**. In: MACEDO, L. (Org.). Cinco estudos de educação moral. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Moral e Ética: uma leitura psicológica**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. São Paulo, 2010, V. 26, n. especial, p. 105-114.

NÓVOA, A. **Novas disposições dos professores - a escola como lugar da formação**. Correio da Educação, n. 47, 16 de Fevereiro de 2004.

PASQUALI, L.; AZEVEDO, M. M. & GHESTI, I. **Inventário Fatorial de Personalidade: manual técnico e de aplicação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.

SANTOS, Leandra Ines Seganfredo *et al.* **Face a face com Nóvoa: formação inicial e continuada, relevância social e desafios da profissão do professor**. Estudos linguísticos. Sinop (MT), v. 5, n. 10, p. 100-109, jul./dez. 2012.

SPADA, Ana Corina Machado. **Tensões e contradições do processo de construção da política pública para educação infantil do campo**. 336 fl. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília (DF), 2016.

<b>APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>45</b>

**APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Senhor(a)

Vimos por meio desta convidá-lo(a) a participar da pesquisa “Os conceitos de justiça e injustiça na percepção de professores da educação infantil”, desenvolvida como trabalho de conclusão de curso de graduação e que tem por objetivo conhecer as concepções dos docentes sobre os conceitos de justiça e de injustiça; verificar se esses profissionais vivem essas situações em seu cotidiano profissional e quais os possíveis agentes causadores de injustiça.

Sua participação no estudo consistirá em responder algumas questões que compõem uma entrevista semiestruturada sobre a temática justiça e injustiça. A entrevista terá uma duração de mais ou menos 30 minutos. A identidade dos participantes será preservada, por questões éticas.

Sua participação na pesquisa é voluntária e muito importante, pois contribui com a produção de conhecimento sobre a profissão docente e nos ajuda a compreender melhor os desafios enfrentados pelo professor no exercício de sua profissão.

Esse termo será assinado em duas vias – uma pelo(a) senhor(a) e outra pelo responsável pela elaboração da pesquisa –, sendo que uma das vias ficará em seu poder

---

Assinatura do Entrevistado

Local e data

---

Assinatura do Pesquisador

Local e data

**APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

- 1) Nome completo.
- 2) Idade.
- 3) Você é uma profissional concursada ou contratada?
- 4) Há quanto tempo leciona?
- 5) Há quanto tempo atua na educação infantil?
- 6) Para você, o que é justiça?
- 7) Para você, o que é injustiça?
- 8) Me dê exemplos de situações nas quais ocorre justiça.
- 9) Agora, me dê exemplos de situações em que ocorre injustiça.
- 10) Em sua opinião, o professor sofre injustiças em sua atuação profissional? Explique. Dê exemplos.
- 11) Em seu local de trabalho, você consegue identificar alguma situação de injustiça?
- 12) Aqui na escola, você já sofreu alguma injustiça? Qual?
- 13) Entre os professores, há a prática de injustiça, ou seja, de um professor para com outro? Explique/ dê exemplos.
- 14) A direção da instituição comete ou cometeu algum tipo de injustiça em relação aos professores? Explique/ dê exemplos.
- 15) Os pais de alunos cometem ou cometeram algum tipo de injustiça em relação aos professores? Explique/ dê exemplos.
- 16) A gestão municipal comete algum tipo de injustiça em relação aos professores? Explique/ dê exemplos.
- 17) Se você pudesse, o que você mudaria na profissão docente?